

Mercado financeiro aumenta projeção de déficit nas contas públicas

Agricultura estima em R\$ 536 bilhões o valor bruto da produção

Página 3

Julgamento de Lula em segunda instância pode demorar cerca de um ano

Página 4

Secretário dos EUA reúne-se com rei saudita para discutir crise no Catar

O secretário de Estado dos EUA, Rex Tillerson, se encontrou na quarta-feira (12) em Jeddah, na Arábia Saudita, com o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud para discutir a crise do Catar, informaram as notícias locais da Al Arabiya. A visita de Tillerson faz parte de um tour que ele está fazendo pelo Kuwait, Catar e Arábia Saudita para tentar encontrar uma solução para questões regionais. A informação é da agência Xinhua.

O diplomata americano também encontrou-se em Jeddah com os ministros de Relações Exteriores da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos, do Egito e do Bahrein, os quatro países que estabeleceram um boicote ao Catar, a quem acusam de promover o terrorismo e interferir nos assuntos internos de Estados árabes, ameaçando a paz e a segurança a nível nacional e internacional. Página 3

Anistia Internacional denuncia graves abusos policiais no México

Deter pessoas arbitrariamente é um fenômeno "cotidiano e frequente" no México, que abre caminho a outras formas de violações aos direitos humanos, como a tortura, assinalou um informe divulgado pela ONG Anistia Internacional (AI). A informação é da agência Télam. Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Tempo ensolarado, com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo.



Manhã Tarde Noite
Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,20
Venda: 3,21

TURISMO

Compra: 3,19
Venda: 3,39

EURO

Compra: 3,65
Venda: 3,66

OURO

Compra: 114,95
Venda: 144,90

CCJ aprova relatório contra a denúncia sobre Michel Temer



CCJ da Câmara

Logo após rejeitar o parecer pela admissibilidade da denúncia contra o presidente Michel Temer, a Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou na noite de quinta-feira, o relatório substitutivo que sugere o arquivamento do processo. O parecer alternativo foi aceito por 41 votos a favor e 24 votos

contra, além de uma abstenção. O texto contesta a acusação de que Temer teria cometido o crime de corrupção passiva. A CCJ escolheu um novo relator, leu e votou o novo parecer contra a denúncia em pouco mais de uma hora.

O novo parecer pela não admissibilidade da denúncia apresentada pela Procuradoria geral

da República (PGR) foi lido pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que já tinha apresentado um voto em separado e foi designado como relator. Em seu voto, o deputado questiona a validade técnica das provas apresentadas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Para Abi-Ackel, ainda "impearam as dúvidas numerosas" sobre a acusação, que segundo ele não conseguiu comprovar os ilícitos citados. O deputado cita, por exemplo, que não foi possível reunir elementos que comprovem a ocorrência da intermediação entre o ex-assessor Rodrigo Rocha Loures e o presidente Michel Temer, para beneficiar interesses dos empresários da JBS junto ao Conselho de Administração e Defesa Econômica (Cade). Página 4

Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda aumentaram a previsão do déficit primário do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), neste ano, de R\$ 142,051 bilhões para R\$ 145,268 bilhões, valor acima da meta do governo de déficit de R\$ 139 bilhões.

A projeção consta da pesquisa Prisma Fiscal, elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em informações de instituições financeiras do mercado. O resultado foi divulgado na quinta-feira (13). Para 2018, a estimativa de déficit ficou em R\$ 129 bilhões, contra R\$ 127,446 bilhões, previstos no mês passado.

A projeção para a dívida bruta do governo geral, que na avaliação das instituições financeiras, deve ficar em 75,6% do Produto Interno Bruto (PIB), ante a previsão anterior de 75,47% para este ano. Para 2018, a estimativa foi ajustada de 78,60% para 78,67% do PIB. (Agência Brasil)

A pesquisa apresenta também a projeção para a dívida bruta do governo geral, que na avaliação das instituições financeiras, deve ficar em 75,6% do Produto Interno Bruto (PIB), ante a previsão anterior de 75,47% para este ano. Para 2018, a estimativa foi ajustada de 78,60% para 78,67% do PIB. (Agência Brasil)

Human Rights Watch cobra do Brasil obras de infraestrutura para combater o Zika

Página 5

CNC revisa previsão de queda na receita do setor de serviços de 3% para 3,6%

Página 6

Operação Tapa-Buracos recebe R\$ 10 milhões do fundo de multas

Recursos extras de R\$ 10 milhões, vindos do fundo de multas, serão direcionados para a Operação Tapa-Buracos em toda a cidade. A ação inicial será neste sábado (15) na Avenida Sapopemba, maior via da capital paulista, localizada na Zona Leste. Página 2

Ação inicial será neste sábado (15) na Avenida Sapopemba, maior via da capital paulista, localizada na Zona Leste. Página 2

Esporte

Entrega de kits para Meia Maratona de Revezamento Noturna será nesta sexta

A Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta acontecerá neste sábado, dia 15, a partir das 18h, na Cidade Universitária de São Paulo. Atletas, divididos nas categorias Quartetos, Duplas e Solo, enfrentarão os 21,097 metros pelas ruas e alamedas da USP, em um percurso rápido e técnico. A programação oficial, entretanto, começará nesta sexta-feira (14), com a entrega de kit e chip aos participantes da prova. A mesma será realizada das 11h às 20h na Loja Centauro Ibirapuera. Página 8



Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta São Paulo

“Família da Poeira” quer manter liderança do campeonato



Bruno Varela em manobra radical com o seu UTV

A 'Família da Poeira' está dominando a categoria UTV no Campeonato Brasileiro de Rally Baja de 2017. Além de vencerem a metade das provas realizadas, após seis etapas o caçula Bruno Varela (Can-Am/Blindarte/Arisun/Teccin) está na liderança com 130 pontos, depois de rebaixar o seu irmão mais velho para a vice-liderança na rodada passada. Rodrigo Varela soma 103 pontos e essa tradicional família do off-road promete uma disputa interna neste final de semana (15 e 16/7). Página 8

19ª edição da Seletiva de Kart Petrobras começa com disputa no Brasileiro de Kart

São poucos eventos esportivos que contam com um patrocinador de tanta longevidade no cenário brasileiro e até mesmo mundial. E, mantendo seu compromisso de apoiar a base do automobilismo nacional, a Seletiva de Kart Petrobras inicia na próxima semana (de 17 a 22 de julho) a sua 19ª edição. E nada melhor do que começar a disputa por três das 12 vagas da final dentro do Campeonato Brasileiro, que realiza sua 52ª edição no kartódromo Beto Carrero Internacional, em Penha (SC). Estarão na briga pelas vagas os pilotos da categoria Graduados, com idade entre 15 e 18 anos (ex-campeões não podem concorrer ao prêmio novamente). Página 8

São poucos eventos esportivos que contam com um patrocinador de tanta longevidade no cenário brasileiro e até mesmo mundial. E, mantendo seu compromisso de apoiar a base do automobilismo nacional, a Seletiva de Kart Petrobras inicia na próxima semana (de 17 a 22 de julho) a sua 19ª edição. E nada melhor do que começar a disputa por três das 12 vagas da final dentro do Campeonato Brasileiro, que realiza sua 52ª edição no kartódromo Beto Carrero Internacional, em Penha (SC). Estarão na briga pelas vagas os pilotos da categoria Graduados, com idade entre 15 e 18 anos (ex-campeões não podem concorrer ao prêmio novamente). Página 8

100% recuperado, Di Grassi traça objetivo para as corridas finais



Canal Fox Sports exibe ao vivo as duas corridas para o Brasil

A Fórmula E segue para seu penúltimo encontro da temporada 2016-2017 fazendo sua estreia em Nova York com rodada dupla neste final de semana. As duas corridas serão disputadas no sábado (15) e domingo (16). Ambas serão transmitidas ao vivo no Brasil pelo canal Fox Sports. A etapa da "Big Apple" é uma das mais aguardadas por todos os pilotos, principalmente por seu caráter inédito. As provas no coração do Brooklyn terão um visual de tirar o fôlego, com os arranha-céus de Manhattan e a Estátua da Liberdade ao fundo do circuito de 1,953 metros de extensão. Página 8

A Fórmula E segue para seu penúltimo encontro da temporada 2016-2017 fazendo sua estreia em Nova York com rodada dupla neste final de semana. As duas corridas serão disputadas no sábado (15) e domingo (16). Ambas serão transmitidas ao vivo no Brasil pelo canal Fox Sports. A etapa da "Big Apple" é uma das mais aguardadas por todos os pilotos, principalmente por seu caráter inédito. As provas no coração do Brooklyn terão um visual de tirar o fôlego, com os arranha-céus de Manhattan e a Estátua da Liberdade ao fundo do circuito de 1,953 metros de extensão. Página 8

Operação Tapa-Buracos recebe R\$ 10 milhões do fundo de multas

Agora é possível pagar boleto vencido em qualquer banco

Uma notícia aguardada há tempos pela maioria da população que lida com pagamento de contas em bancos, e com os problemas gerados quando se perde o prazo delas, foi finalmente anunciada na última segunda-feira (10). Agora, já é possível pagar um boleto vencido em qualquer banco.

A medida adotada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) será gradativa, através de uma plataforma de cobrança que permite a quitação dos boletos em atraso em todas as agências bancárias.

Esta plataforma de cobrança possibilitará a identificação

do pagador pelo Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Quando houver divergência nas informações, porém, somente o banco de origem da operação poderá aceitar o pagamento.

No primeiro momento, a facilidade será permitida apenas para os boletos de valor igual ou superior a R\$ 50 mil. No entanto, em setembro o valor mínimo cairá para R\$ 2 mil, depois R\$ 500 em outubro e R\$ 200 em novembro.

Por fim, a partir de 11 de dezembro os boletos atrasados de qualquer valor serão aceitos em qualquer banco.

Recursos extras de R\$ 10 milhões, vindos do fundo de multas, serão direcionados para a Operação Tapa-Buracos em toda a cidade. Ação inicial será neste sábado (15) na Avenida Sappembia, maior via da capital paulista, localizada na Zona Leste. Serão cerca de 40 toneladas de asfalto para serem usados na melhoria de toda extensão da avenida – em torno de 20 quilômetros. Dez equipes, com 12 homens em cada, realizarão o trabalho, que vai durar cerca de uma semana.

O cronograma das próximas vias a serem beneficiadas será definido de acordo com um estudo de necessidade técnica. Com o novo reforço vindo do fundo de multas, aumentará a capacidade de produção de massa asfáltica da cidade para cerca de 20 mil toneladas por mês, que é o seu limite.

“Reconhecemos que as vias da cidade estão longe do ideal e, mesmo com déficit orçamentário que herdamos, estamos concentrando todos os esforços para melhorar a qualidade para

todos os municípios. Essa, sem dúvida, é uma das prioridades para a nossa gestão”, afirmou o vice-prefeito e secretário de Prefeituras Regionais, Bruno Covas.

Nos primeiros seis meses deste ano, 93.141 buracos foram tapados em toda a cidade. No último semestre de 2016, esse número foi de 89.516. Além disso, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados, a quantidade de massa utilizada por buraco tapado aumentou em 18%. Com o aumento da fiscalização e otimização de serviços, a produtividade das equipes que realizam a Operação Tapa-Buraco também aumentou em 12%.

Asfalto Novo
Além da Operação Tapa-Buraco, a Prefeitura de São Paulo também já iniciou um dos maiores projetos de reaparelamento de ruas e avenidas da capital, com o apoio da iniciativa pri-

vetária e de concessionárias de serviços públicos. A qualidade do asfalto deverá seguir os mais rigorosos padrões de qualidade durante todos os anos da nova gestão. Vale ressaltar que durante os quatro anos da gestão anterior a cidade recebeu 385 mil metros de reaparelamento asfáltico.

A partir deste segundo semestre, o projeto está sendo expandido com mais de R\$ 210 milhões também vindos do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito (FMDT). Os recursos do fundo serão usados para o recape pela primeira vez na história da cidade.

Em novembro de 2016, uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) passou a prever, entre as possibilidades de destinação dos recursos arrecadados com multas, “pavimentação, reaparelamento, tapa-buracos e recomposição de pista e acostamentos”.

O edital para a contratação das equipes que farão o trabalho de reaparelamento está em última fase de análise pelo Tribunal de

Contas do Município (TCM).

Dados importantes sobre tapa-buracos:
Aumento no número de buracos tapados
Segundo semestre de 2016 = 89.516
Primeiro semestre de 2017 = 93.141
Produtividade da Equipe
Último trimestre de 2016 = 268 buracos tapados por Equipe
Primeiro semestre de 2017 = 293 buracos tapados por Equipe
Aumento de 9,5% na produtividade das equipes

Orçamento para Tapa-Buraco
2017: Produção de Massa Asfáltica = R\$ 40 milhões
Aplicação = R\$ 72 milhões
2016: Produção de Massa Asfáltica = R\$ 40 milhões
Aplicação = R\$ 90,5 milhões
Aporte R\$ 10 milhões
Produção atual 12 mil toneladas/ mês de massa asfáltica para 20 mil toneladas/ mês 624 homens para 840 homens

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Vereador Eliseu, presidente do diretório paulistano do PSB e agora ex-Secretário do Trabalho - tanto do então prefeito Haddad (PT), como do atual Dória (PSDB) - voltou e já faz sua campanha pra Câmara Federal 2018.

PREFEITURA (SP)

Prefeito paulistano Dória (PSDB) segue travando batalhas - não guerra - com seu inventor político, governador (SP) Alckmin e influenciador digital, Dória não perde a chance de se mostrar que pode ser presidenteável.

ASSEMBLEIA (SP)

Deputado Celso Giglio (ex-PTB no PSD) faleceu aos 76 de idade. O ex-prefeito de Osasco (SP) deixa saudade aos colegas, prefeitos e vereadores, uma vez que foi grande dirigente da Associação Paulista dos Municípios.

GOVERNO (SP)

Governador Alckmin (PSDB), candidato Presidencial em 2006 e em plena campanha pra ser novamente, adota luta por voto distrital e não reeleição pro cargo. Só falta resgatar o DEM (ex-PFL) pra vice, como teve FHC.

CONGRESSO

Raquel Dodge - via Senado - votada pra PGR e deputado Sveiter (PMDB) derrotado - CCJ da Câmara Federal - em seu relatório pelo processo contra Temer (PMDB) no Supremo, deram ontem alguma alegria ao Presidente.

PRESIDÊNCIA

Temer (PMDB), agora com relatoria-cópia da defesa de Mariz - favorável, começa a se reunir ainda hoje com lideranças dos partidos com cargos e emendas - no governo e do governo - pra arquivar a 1ª das denúncias do ...

(REPÚBLICA)

... irmão delator e 'ganso' JBS. Entre as projeções do Palácio do Planalto, não só haverá bem mais que os pelo menos 172 votos pela rejeição e arquivamento do PGR Janot, como demoras quando Dodge "pilotar".

JUSTIÇAS

Lula (PT), 1º ex-presidente condenado por enquanto em 1ª instância, dá ao ex-presidente Collor - renunciante e ainda assim 'impedido' via Senado em 1992 - não foi no Supremo em que ainda está o primo Marco Mello.

PARTIDOS

Parte do PMDB ainda de Temer, o PSD do dono Kassab, o PP não mais de Maluf e o PR de Antonio Carlos Rodrigues, com os liberados do PSDB, DEM e PPS já somam os votos necessários pra Temer não ser processado no Supremo.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto vem publicando esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (Brasili).

cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 11
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 115 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 2,30
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548
E-mail: jornalodiassp@terra.com.br
Site: www.jornalodiassp.com.br

São Paulo testa o conceito de home office no serviço público

O decreto 62.648 que cria regras para o teletrabalho no serviço público foi sancionado. A medida possibilita que servidores realizem suas funções profissionais a distância, fora das dependências físicas onde atua, em alguns dias da semana (exceto sextas e segundas).

Experiências já estão em curso na Secretaria da Fazenda e na Procuradoria Geral do Estado. O objetivo é reduzir custos fixos, como manutenção do escritório (energia elétrica e água), transporte e alimentação.

A medida também objetiva o aumento de produtividade. Para isso, serão estabelecidas metas

semanais. Este projeto piloto, que deverá durar oito meses, está em fase de testes na diretoria de Representação, nas unidades de Bauru, Campinas e São Paulo. Dos 80 agentes dessa área, 20 se candidatarão para o projeto. Os servidores dessa área são responsáveis por análise e revisão de autos de infração.

Todos os controles acessados por estes agentes são digitalizados. A Fazenda pode, por exemplo, acompanhar o horário em que o servidor acessou o sistema e quais processos foram baixados. Tudo como já é realizado atualmente nas dependências da Secretaria”, destaca o

secretário estadual da Fazenda, Helcio Tokeshi.

A única diferença é que os servidores fazem tudo isso da sua própria residência - mas com ganho da sua satisfação pessoal: livres da agitação diária de ter que percorrer longas distâncias e perder tempo no trânsito, eles podem encontrar um equilíbrio entre a vida privada e o trabalho.

Com isso, o servidor ganha mais flexibilidade: uma vez que trabalha mais descansado, consequentemente se torna mais produtivo. A solução é um ganha-ganha e poderá resultar em redução de custos fixos para o

Estado no futuro: será menor a necessidade de espaço físico para alojar determinados perfis de servidores que atendam às peculiaridades de cada tipo de trabalho desenvolvido.

A ideia ao final do projeto piloto é estender esse conceito em áreas onde haja efetivo problema de trânsito, eles podem contribuir para a mensuração de critérios de produtividade. Trata-se de um processo gradativo e cauteloso, capaz de detectar o que funciona e em quais áreas poderá ocasionar ganho de produtividade. Outras áreas da Fazenda futuramente podem ser as próximas a implementar o conceito.

Acordo permite regularização de loteamento ocupado desde década de 90

A Prefeitura de São Paulo iniciará procedimentos para regularizar o loteamento com mais de 12 mil pessoas em Ermelino Matarazzo, na Zona Leste. A área foi ocupada na década de 90 e receberá obras de infraestrutura e regularização permitindo que os moradores tenham o título de propriedade individualizado de seus lotes.

O loteamento está localizado na rua Arlindo Betio, altura do nº 7.300 da Avenida Assis Ribeiro, e pertence ao Banco do Brasil (BB), que recebeu a área após operação de empréstimo e falência da empresa chamada Keralux S/A Revestimento Cerâmicos, proprietária de aproximadamente 90% da terra onde hoje se estrutura o Jardim Keralux. A área apresenta vários problemas urbanísticos e ambientais, entre eles: ausência de regularização ambiental, falta de canalização de córregos, pavimentação e arborização.

Em negociação iniciada há

mais de uma década, o Banco do Brasil e a Prefeitura de São Paulo chegaram a acordo no último dia 30.06.2017, para encerrar o processo judicial e regularizar a situação do terreno.

Com o acordo, o BB pagará ao município de São Paulo a quantia de R\$ 102 milhões que envolvem a quitação de dívidas ativas com o município, bem como sua contrapartida na recuperação urbanística, ambiental e indenização pelos danos ambientais ocorridos ao longo dos últimos 20 anos no loteamento. O Banco do Brasil dedicou todos seus esforços na busca de uma solução conciliatória em parceria com a Prefeitura de São Paulo, uma vez que esta é quem detém a legitimidade e a capacidade técnica para executar as intervenções necessárias para a plena regularização, em benefício das famílias moradoras.

Em contrapartida ao pagamento, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Habita-

ção, promoverá a regularização ambiental, urbanística e fundiária da área (Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 15.720/2013), com obras de infraestrutura, implantação de parque linear, canalização de dois córregos, implantação de arborização e regularização em cartório dos lotes.

ACÃO: Oficialização do Acordo Judicial com o Banco do Brasil (BB) para regularização urbanística e fundiária pela Prefeitura de São Paulo do loteamento Jardim Keralux, em Ermelino Matarazzo.

OBJETO: BB é proprietário de uma das matrículas que compõem o Jardim Keralux. O acordo possibilitará a regularização do local ocupado na década de 90 e atualmente consolidado como um bairro com mais de 2,2 mil famílias com mais de 92 mil metros quadrados. As famílias aguardam uma solução definitiva há mais de 20 anos.

O QUE É: O BB pagará ao

município de São Paulo a quantia de R\$ 102 milhões que envolvem a quitação de dívidas ativas com o município, bem como sua contrapartida na recuperação urbanística e ambiental e indenização pelos danos ambientais ocorridos ao longo dos últimos 20 anos. Em contrapartida ao pagamento da quantia pelo Banco, a Prefeitura de São Paulo promoverá a regularização ambiental, urbanística e fundiária da área (Lei Federal nº 11.977/2009 e Lei Municipal nº 15.720/2013), por meio de obras de infraestrutura e ações de remediação da contaminação do loteamento, que serão apontadas em estudo ambiental específico.

HISTÓRICO: A palavra Keralux vem de uma empresa chamada Keralux S/A Revestimento Cerâmicos, desativada em razão de falência, que era proprietária de aproximadamente 90% da terra que hoje se estrutura o Jardim Keralux.

Inscrições para o Time do Emprego em Sertãozinho terminam hoje

O programa Time do Emprego está com inscrições abertas, até a próxima sexta-feira (14), para uma turma na cidade de Sertãozinho. Coordenada pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, a iniciativa oferece 20 vagas e tem o objetivo de inserir ou recolocar maiores de 16 anos no mercado.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, situada no centro do município do interior paulista, recebe os interessados em se cadastrar no projeto entre 8h e 16h30. Os candidatos

devem levar Carteira de Trabalho, RG, CPF e, caso possuam, o número do Programa de Integração Social (PIS).

Os encontros serão realizados todas as segundas, quartas e sextas-feiras, a partir de 17 de julho, de 8h30 às 11h30, no mesmo local das inscrições. O programa estadual orienta o trabalhador na busca de um emprego compatível com seus interesses, habilidades e qualificações profissionais.

O diferencial é a ajuda mútua existente entre os participantes, a troca de experiência e a

procura conjunta por uma oportunidade. Em doze encontros, os facilitadores (profissionais responsáveis pela abordagem dos conteúdos) apresentam técnicas de direcionamento ao mercado de trabalho, aperfeiçoamento de habilidades, produção de currículos e dicas de comportamento em entrevistas.

Nova turma
Os moradores de Praia Grande, no litoral do Estado, iniciarão uma turma do Time do Emprego dia 24 de julho. Os encontros serão realizados no

Centro de Aprendizagem Metodológica e Prática da cidade, que fica na Rua Teodósio Agostine, 122 - Sítio do Campo.

SELIÇÃO

Inscrições para o Time do Emprego em Sertãozinho
Período: até 14 de julho (de 8h às 16h30)

Local: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Rua Voluntários Otto Gomes Martins, 1.380 - Centro - Sertãozinho - SP

Informações: (16) 3945-4063
www.tmedoemprego.sp.gov.br

Agricultura estima em R\$ 536 bi o valor bruto da produção

O valor bruto da produção (VBP) deste ano deverá ser de R\$ 536 bilhões, 4,3% maior do que o alcançado no ano passado, de R\$ 514 bilhões. O VBP – estimado com base nas informações de junho – foi divulgado na quinta-feira (13) pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O VBP foi puxado este ano, segundo o Mapa, pelo aumento da quantidade produzida, tendo a elevação de preços papel menos relevante. Na análise do minist-

terio, a produtividade, cujo aumento médio é de 22,3%, valor incógnito, ocorre devido ao resultado da safra de verão, já que as lavouras de inverno têm retração na produtividade de 9,7%.

Em relação ao valor da produção, destacam-se o algodão herbáceo, com aumento de 72,5% no VBP; amendoim, 36%; arroz, 9,6%; cana-de-açúcar, 46,8%; laranja, 12,4%; mandioca, 76,9%; milho, 20,7%; pimenta do reino, 7,7%; tomate, 11,1%; e uva,

50,9%. Na pecuária, os destaques são suínos e leite.

Por outro lado, apresentaram recuo no valor da produção a banana, com diminuição de 19,4%, batata-inglesa (-53,2%), cacau (-17,7%), café (-12,2%), cebola (-39,3%), feijão (-16,5%), trigo (-28,1%) e maçã (-19,7%). A redução dos preços desses produtos e o aumento da oferta em geral têm sido decisivos para o baixo crescimento da inflação neste ano, segundo a pasta. (Agência Brasil)

O secretário de Estado dos EUA, Rex Tillerson, se encontrou na quarta-feira (12) em Jeddah, na Arábia Saudita, com o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud para discutir a crise do Catar, informaram as notícias locais da Al Arabiya. A visita de Tillerson faz parte de um tour que ele está fazendo pelo Kuwait, Catar e Arábia Saudita para tentar encontrar uma solução para questões regionais. A informação é da agência Xinhua.

INTERNACIONAL

Secretário dos EUA reúne-se com rei saudita para discutir crise no Catar

O diplomata americano também encontrou-se em Jeddah com os ministros de Relações Exteriores da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos, do Egito e do Bahrein, os quatro países que estabeleceram um boicote ao Catar, a quem acusam de promover o terrorismo e interferir nos assuntos internos de Estados árabes, ameaçando a paz e a segurança a nível nacional e internacional.

Esses países emitiram uma lista de 13 exigências para o Catar no final do mês passado, incluindo o encerramento da emissora de TV Al Jazeera, o fim do financiamento e do apoio ao terrorismo, e o corte dos seus laços com o Irã.

Os quatro países discutiram meios para a eliminação do terrorismo e seus financiadores e enfatizaram as medidas tomadas contra o Catar à luz das alegações sobre a violação das leis e normas internacionais. (Agência Brasil)

Anistia Internacional denuncia graves abusos policiais no México

Deter pessoas arbitrariamente é um fenômeno "cotidiano e frequente" no México, que abre caminho a outras formas de violações aos direitos humanos, como a tortura, assinalou um informe divulgado pela ONG Anistia Internacional (AI). A informação é da agência Télam.

"Constatamos que há muitos anos as detenções arbitrárias são muito comuns no país, e que essa é a forma habitual de trabalho da polícia", disse Carlos Zazeta, investigador da AI para o México e um dos autores do informe.

Em quase 50 páginas, o relatório "Falsas Suspeitas: detenções arbitrárias pela polícia no México", detalha as formas como se realizam as detenções por parte da polícia e as falhas no sistema de Justiça que permitem este problema. (Agência Brasil)

Banco Central dos EUA vai manter aumento gradual da taxa de juros

A presidente da Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, Janet Yellen, disse na quarta-feira (12) que o órgão continuará aumentando gradualmente as taxas de juros e diminuindo seu balanço patrimonial, ao longo deste ano, enquanto monitora a inflação de perto. As informações são da Xinhua.

"O Comitê (Federal Open Market) continua esperando que a evolução da economia garanta um aumento gradual da taxa de fundos federais ao longo do tempo para alcançar e manter os empregos e preços estáveis," afirmou Yellen em discurso ao Comitê de Serviços Financeiros dos Estados Unidos.

De acordo com a chefe do Banco Central, a taxa de juros de referência não está longe da neutra – ponto em que a economia atinge o pleno emprego.

"Porque a taxa neutra é atualmente bastante baixa por padrões históricos, a taxa de fundos federais não teria de aumentar muito mais para chegar a uma política neutra," disse Yellen.

Como parte do processo de normalização da política monetária, o FED reduzirá seu balanço patrimonial de US\$ 4,5 trilhões. Em sua reunião de política em junho, o órgão anunciou um plano detalhado sobre como reduzir seu balanço patrimonial.

"Desde que a economia evoluiu amplamente como previsto, provavelmente começarem a implementar o programa [de redução do balanço] este ano," disse Yellen.

Em seu discurso, Yellen disse esperar que a economia dos Estados Unidos continue a expandir-se a um ritmo moderado ao longo dos próximos dois anos, pois os ganhos de trabalho estáveis irão apoiar o crescimento da renda e depois os gastos dos consumidores.

De acordo com a presidente, a melhoria das perspectivas de crescimento global apoiaria as exportações dos EUA e as condições financeiras favoráveis continuariam a apoiar o investimento empresarial.

Inflação
Yellen, no entanto, classificou a inflação como uma das incertezas que a economia enfrenta.

"Há, por exemplo, incerteza sobre quando e quanto a inflação responderá ao aperto da utilização dos recursos," disse Yellen.

Ela disse que o banco central acompanharia atentamente a evolução da inflação nos próximos meses.

A inflação nos EUA sofreu nos últimos meses, o que desencadeou debate sobre o ritmo e o cronograma das futuras altas nas taxas. O governador do Fed, Lael Brainard, disse na terça-feira que gostaria de avaliar o processo de inflação de perto antes de determinar mais elevações nas taxas de juros. (Agência Brasil)

Reforma trabalhista contribuirá para recuperação da economia, diz Ministro

A reforma trabalhista revolucionará a economia brasileira e melhorará a competitividade do país, disse na quinta-feira (13) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Na cerimônia de assinatura da nova legislação trabalhista, ele declarou que as mudanças ajudarão a tirar o país de um cenário em que outras reformas estão sendo discutidas. "A legislação não pode engessar a sociedade. Permite regular para que a sociedade continue progredindo e crescendo. O Brasil está fazendo mudanças fundamentais na for-

ma de trabalhar. Estamos concluindo não só ajustes fiscais, que são essenciais para a economia, mas reformando para que possamos trabalhar de maneira mais produtiva e gerar mais empregos e mais renda para os trabalhadores brasileiros", disse Meirelles.

O ministro da Fazenda lembrou que o governo está se esforçando para aprovar a reforma da Previdência e está comprometido com o ajuste fiscal e com as medidas de desburocratização. Segundo ele, todas as reformas estruturais melhorarão a produtividade do

país. "Temos reformas em todas as áreas: desburocratização, mercado de crédito, forma de pagar impostos. Mudanças que afetam o dia a dia do cidadão e da economia. O que acontece hoje, com a recuperação da economia dos consumidores e dos produtores", disse.

Meirelles citou o crescimento de 1,4% da receita do setor de serviços em maio em relação a abril para mostrar que a economia brasileira está se recuperando. "Entramos numa recessão profunda, por problemas estruturais. Agora estamos saindo e vamos construir um

país com taxa de crescimento mais elevada", acrescentou.

"O setor de serviços cresceu acima da inflação. Foi disseminado pelos diversos setores da economia. Tudo isso acontece em função da reforma porque existe mais confiança em função da agenda de reformas. Falávamos há um ano de agenda de reforma, que era encarada com ceticismo lá fora. Mas o teto [de gastos] foi aprovado. A reforma trabalhista foi encarada também [com ceticismo], mas o fato é que ela foi aprovada", concluiu Meirelles. (Agência Brasil)

Governo vai liberar recursos do Orçamento no fim do mês, confirma Meirelles

A próxima revisão da programação do Orçamento, a ser anunciada no fim do mês, vai liberar recursos para os ministérios, informou na quinta-feira (13) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele não disse quanto será liberado, mas destacou que a arrecadação de junho da Receita Federal, que será divulgada na próxima semana, traz números positivos.

Em tese, a melhoria da arrecadação diminui a pressão sobre

as contas públicas e permite a liberação de parte dos R\$ 38 bilhões de despesas não obrigatórias atualmente contingenciadas (bloqueadas). No entanto, o volume total a ser desbloqueado depende de outros parâmetros, como a previsão de crescimento da economia para este ano, que também pode ser atualizada na próxima revisão.

Na semana passada, o Senado aprovou o projeto de lei que permite que precatórios (dividas

judiciais) não sacados pelos beneficiários depois de dois anos voltem para o caixa do Tesouro. A medida deve gerar até R\$ 8,7 bilhões de receitas adicionais, mas ainda não está definido se o Ministério do Planejamento incluirá esse montante nas projeções de receitas do governo na próxima revisão do orçamento, no dia 22, ou se deixará para atualizar a estimativa em setembro.

Atualmente, órgãos federais enfrentam redução dos serviços

por causa de restrições orçamentárias. No fim de junho, a Polícia Federal suspendeu a emissão de passaportes e agora aguarda a votação de um crédito suplementar de R\$ 102 milhões para atenuar as emissões. No início deste mês, a Polícia Rodoviária Federal suspendeu os serviços de resgate aéreo e reduziu os patrulhamentos terrestres por causa do contingenciamento de verbas. (Agência Brasil)

Trabalhador com menor escolaridade tem mais dificuldade para conseguir emprego

De janeiro a maio de 2017, período em que o saldo de empregos formais no mercado de trabalho brasileiro apresentou resultados positivos, as vagas voltadas para trabalhadores que têm ensino fundamental completo ou incompleto encerraram o ano com um saldo negativo de 1.332,67 pessoas foram admitidas e 1.435,153 desligados dos seus empregos, deixando o saldo negativo de 102,483 vagas.

Os dados, divulgados na quinta-feira (13) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), confirmam uma maior vulnerabilidade no mercado de trabalho formal dos brasileiros que estudaram menos. Quanto menor a escolaridade, maior a chance de ficar desempregado, aponta o Caged.

Os números mostram que o inverso ocorreu nos primeiros meses do ano com os trabalhadores com ensino médio e ensino superior, mesmo incompleto. Aqueles que têm diploma universitário tiveram o melhor resultado. Até maio de 2017, acumularam 84,65 mil novas vagas. Este grupo é uma minoria no país. De acordo com o estudo Education at a Glance 2016, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), somente 14% dos brasileiros, entre 24 e 64 anos, haviam concluído o ensino superior até 2015.

Os trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto, que correspondem a 52,64% dos adultos de 24 a 64 anos, fecharam o período com

um saldo positivo de 43,1 mil vagas. No acumulado dos últimos 12 meses, todos os trabalhadores foram afetados com saldos negativos de emprego formal, mas os com escolaridade maior foram os menos prejudicados, com o encerramento de 54,36 mil postos. Entre os trabalhadores com ensino médio o saldo ficou negativo em 249,97 mil, e os que tinham ensino fundamental sofreram com o fechamento de 583,28 mil vagas, o maior número entre as três classificações.

Setores

"Nós, como juizes do trabalho, sentimos falta de um marco regulatório seguro. As empresas precisam de segurança jurídica e os trabalhadores precisam de proteção, mas muitas não eram reais. A proteção sem marco regulatório seguro é proteção de papel", disse.

Para Gandra, a reforma trabalhista ajudará a garantir o direito dos trabalhadores de serem ouvidos pelo governo em dezembro do ano passado. O ministro do Trabalho destacou que a reforma trabalhista será um instrumento importante na recuperação da economia e do mercado de trabalho. "De dezembro de 2014 a dezembro de 2015, o Brasil fechou mais de 1,5 milhão de postos de trabalho. O fechamento levou muitos países a trabalhar em família a maioria da população. O governo está se esforçando para alcançar esse objetivo de proporcionar um endereço para morar e para trabalhar para cada família do país", acrescentou.

Conflitos

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho, disse que

CCJ aprova relatório contra a denúncia sobre Michel Temer

Julgamento de Lula em segunda instância pode demorar cerca de um ano

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), responsável pelos processos da Operação Lava Jato, julgará em segunda instância o processo que levou na quarta-feira (12) à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os desembargadores, sediados em Porto Alegre, têm levado em média um ano para julgar os casos da operação. Se for condenado em segunda instância até 15 de agosto do ano que vem, quando se encerra o prazo para registro de candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula não poderá concorrer a cargo eletivo. Isso porque a sentença de Moro prevê que Lula fique interdito para o exercício de cargo ou função pública por 19 anos, caso a decisão seja confirmada pelos desembargadores. Aliados do ex-presidente têm afirmado que a decisão tem como objetivo inviabilizar sua candidatura à presidência da República em 2018.

Tramitação e prazos

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, estipulou pena de 9 anos e meio de prisão e determinou que Lula poderá responder em liberdade a fase recursal. O resultado do julgamento em primeira instância foi comum às partes por meio de intimações publicadas no sistema eletrônico da Justiça Federal do Paraná (JFPR).

Os advogados de Lula têm até dez dias para abrir a intimação. A partir de então, passa a correr o prazo de cinco dias para que a defesa apresente recurso.

Em um primeiro momento, a apelação será recebida pelo próprio juiz de primeira instância, Sérgio Moro, que fará uma avaliação técnica da peça e a remeterá ao tribunal. No TRF4, os processos são encaminhados à 8ª Turma, composta pelos desembargadores federais João Pedro Gebran Neto, Leandro Paulsen e Victor Luiz dos Santos Laus. Ao chegar no tribunal, as ações são abertas para vistas do Ministério Públi-

co Federal, responsável pela acusação, que pode gerar recursos contra as argumentações da defesa.

No papel de relator, Gebran será o responsável por analisar o processo de Lula e, em seguida, apresentar um relatório e a sua decisão a respeito do caso a Paulsen, revisor da 8ª Turma. Quando este trâmite for finalizado, a data do julgamento será marcada.

Paulsen e Laus podem acompanhar ou discordar do voto do relator. Caso a decisão da 8ª Turma seja contrária ao pedido da defesa de Lula, os advogados podem entrar com novo recurso. Caso a decisão colegiada seja unânime, encerra-se o julgamento em segunda instância.

Os desembargadores da 8ª Turma poderão votar pela absolvição de Lula, pela confirmação da sentença de Moro ou pela alteração da pena para mais ou para menos.

Julgamento de processos

Desde a deflagração da Operação Lava Jato, o TRF4 concluiu o julgamento de 12 apelações contra 48 sentenças proferidas em primeira instância.

Até o momento, o tribunal absolveu cinco pessoas que haviam sido condenadas por Moro inclusive o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, em um dos processos a que responde na Lava Jato. Ele havia sido condenado a 15 anos e 4 meses de prisão, mas a 8ª Turma entendeu que a sentença em primeira instância havia sido fundamentada com depoimentos que não foram comprovados com outras provas.

O TRF4 manteve, ainda, dez sentenças condenatórias da 13ª Vara. Oito réus tiveram a pena reduzida e 16 tiveram a pena aumentada pelo Tribunal. A 8ª Turma está atualmente com 16 apelações oriundas da Lava Jato pendentes para julgamento. Destas, sete já estão sob análise do revisor. Outras três apelações foram registradas recentemente e ainda estão na fase de processamento inicial. (Agência Brasil)

Logo após rejeitar o parecer pela admissibilidade da denúncia contra o presidente Michel Temer, a Comissão de Constituição e Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou na noite de quinta-feira, o relatório substitutivo que sugere o arquivamento do processo. O parecer alternativo foi aceito por 41 votos a favor e 24 votos contra, além de uma abstenção. O texto contesta a acusação de que Temer teria cometido o crime de corrupção passiva. A CCJ escolheu um novo relator, leu e votou o novo parecer contra a denúncia em pouco

menos de uma hora.

O novo parecer pela não admissibilidade da denúncia apresentada pela Procuradoria geral da República (PGR) foi lido pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que já tinha apresentado um voto em separado e foi designado como relator. Em seu voto, o deputado questiona a validade técnica das provas apresentadas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Para Abi-Ackel, ainda "impem as dívidas numerosas" sobre a acusação, que segundo ele

não conseguiu comprovar os ilícitos citados. O deputado cita, por exemplo, que não foi possível reunir elementos que comprovem a ocorrência da intermediação entre o ex-assessor Rodrigo Rocha Loures e o presidente Michel Temer, para beneficiar interesses dos empresários da JBS junto ao Conselho de Administração e Defesa Econômica (Cade).

O parecer de Abi-Ackel conclui que a denúncia não atende as exigências do Código de Processo Penal brasileiro por não comprovar a autoria dos ilícitos

apresentados. O deputado ressaltou a responsabilidade da Câmara ao analisar um processo dessa natureza, dado "o risco das consequências políticas e econômicas" que podem decorrer de uma imputação de crime a um presidente da República.

Após a aprovação do parecer na CCJ, ele terá que ser votado no plenário da Câmara, o que ainda não há data para ocorrer. Para que a denúncia possa ter seu seguimento são necessários os votos favoráveis de 342 deputados. Caso contrário, ela será arquivada. (Agência Brasil)

Governo anuncia reaplicação de R\$ 1,7 bilhão na saúde

O governo federal anunciou na quinta-feira (13) a reaplicação de R\$ 1,7 bilhão para o custeio e o investimento em saúde, após ter promovido uma redução de R\$ 3,5 bilhões nos gastos da pasta ao longo do último ano.

Segundo o Ministério da Saúde, a redução nos gastos foi proveniente de uma renegociação de contratos da área, sobretudo os de compra de medicamentos, vacinas e insumos. O recuo médio foi de 20% nos

custos das contratações.

Do valor anunciado para ser reaplicado, R\$ 771,2 milhões serão utilizados no custeio da atenção básica de saúde, enquanto os R\$ 1 bilhão restantes serão destinados à compra de ambulâncias e vans.

Mais de R\$ 500 milhões da quantia destinada ao investimento serão repassados diretamente a 1.787 municípios, para a compra de 6,5 mil ambulâncias. O anúncio foi feito no Palácio

do Planalto, em solenidade que reuniu dezenas de secretários municipais de Saúde e que contou com a presença do presidente Michel Temer.

"Para que a União seja forte, é preciso que os municípios sejam fortes... quero homenagear também o Congresso Nacional, se não fosse a ação conjunta do Congresso Nacional com o Executivo, nós não teríamos chegado onde chegamos", disse o presidente. "Estamos, em 14 meses,

fazendo o que se faria em 4, 5 ou 6 anos. Imagina o que faremos com mais um ano e meio", acrescentou.

Segundo o ministro da Saúde, Ricardo Barros, o presidente liberou até o momento mais de R\$ 6,2 bilhões em emendas parlamentares destinadas à área.

"O presidente nos tem permitido contrariar instrumentos para prestar um melhor atendimento de saúde ao povo brasileiro", disse. (Agência Brasil)

A única prova que existe nesse processo é a da minha inocência", diz Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se pronunciou na quinta-feira (13) publicamente após ter sido condenado a nove anos e meio de prisão por corrupção pelo juiz federal Sérgio Moro. Em declaração à imprensa na sede do PT na capital paulista, Lula diz que a sentença aplicada por Moro tem componente político e que provará sua inocência no processo.

"A única prova que existe nesse processo é a da minha inocência", disse o ex-presidente. "Eu acho que o Moro tem que prestar contas à história, que vai dizer quem está certo e errado", com-

pletou. "Quem acha que é o fim do Lula, quebrou a cara".

Lula foi condenado pelo juiz em um dos processos da Operação Lava Jato por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O ex-presidente é acusado de favorecimento na reforma de um apartamento triplex em Guarujá, no litoral de São Paulo. Na mesma decisão judicial, Lula também foi condenado ao exercício de cargo ou função pública pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade, ou seja, por 19 anos. A decisão, no entanto, precisa ser confirmada pela segunda instância. Moro não decretou

a prisão de Lula, que pode recorrer da sentença em liberdade.

Para Lula, a condenação é uma tentativa de tirá-lo do cenário político. Ele disse que continua candidato à presidência do país nas eleições de 2018. O ex-presidente rebateu a tese de que existem provas contra ele no processo, que o levou a ser condenado em todas as instâncias, para inimigos e donos meios de comunicação que fizessem um esforço incommensurável para apresentar uma única prova. Porque a única prova que eles apresentaram foi um papel rasurado", criticou.

Na decisão, Moro afirma que

as reformas executadas no apartamento pela empresa OAS provam que o imóvel era destinado ao ex-presidente e que ficou provado nos autos que Lula e sua esposa Marisa Leticia (já falecida) eram os proprietários de fato do apartamento.

O ex-presidente e seus advogados disseram que vão recorrer em todas as instâncias para questionar a sentença do juiz Moro no Conselho Nacional de Justiça. Lula criticou o juiz, que, na sua visão, escreveu 60 páginas na condenação para se justificar pela falta de provas. (Agência Brasil)

Deputado quer definição de quem poderá integrar cadastro da agricultura familiar

O governo federal precisa definir melhor quem poderá ou não integrar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, cobrou na quinta-feira (13) o deputado Heitor Schuch (PSB-RS), em audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados.

"Hoje temos o risco de credenciar pessoas que não estão na terra, que não estão produzindo, mas que têm a terra, têm título e têm outra profissão", disse, na audiência para debater o Decreto nº 9.064, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). O deputado é o autor do requerimento para a audiência.

O CAF substitui a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Atualmente a Lei 11.326/2006 estabelece que os beneficiários

de políticas públicas voltadas para agricultura familiar não possuem, por exemplo, terras com área maior que quatro módulos fiscais (medida que varia de acordo com a região), que utilize predominantemente mão de obra familiar e que não tenha atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, entre outras regras.

"Temos que garantir que esse segmento que temos hoje com o enquadramento atual seja contemplado. O que se percebe, com a mudança, e com a publicação do decreto, é que a lei ficou frágil e pode abrir para aqueles que inclusive não fazem parte da categoria tenham acesso ao crédito rural", alertou Schuch. Ele defendeu que o governo dialogue com entidades representativas do setor e defina melhor o enquadramento dos agricultores familiares.

"O cadastro é a identificação, a carteira de identidade do agri-

cultor para chegar no sistema financeiro, na assistência técnica", disse, acrescentando que "a questão de enquadramento é fundamental para garantir que o agricultor tenha acesso a políticas públicas".

Segundo o deputado, a partir das conversas com o setor, o próprio governo poderá alterar o decreto ou mesmo enviar um novo projeto de lei para o Congresso Nacional, caso julgue necessário.

Na audiência pública, o coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, Marcos Rochinski, defendeu também que o setor seja ouvido e que o governo esteja atento à situação dos mais frágeis, como os indígenas e quilombolas.

O subsecretário em exercício da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Carlos Zukowski, disse que con-

vocará as entidades representativas para dialogar sobre a conformação do cadastro e, sobre indígenas e quilombolas. "Todos estarão incluídos no cadastro. Hoje já estão incluídos na DAP. Isso vai ser preservado, apenas teremos um instrumento mais moderno", disse.

Segundo ele, ainda não há data para a primeira reunião com o setor e nem expectativa para o lançamento do cadastro. Ele disse, no entanto, que será "o mais rápido possível".

De acordo com dados do portal da Câmara dos Deputados, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, com destaque para produtos como mandioca, feijão, milho e café. São mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares no país, que juntos respondem por 38% do Produto Interno Bruto Agropecuário, o equivalente a R\$ 54 bilhões por ano. (Agência Brasil)

Justiça afasta do cargo auditores fiscais acusados de desviar R\$1 bilhão

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) afastou cinco auditores fiscais da Receita Federal denunciados por usar o cargo para desviar mais de R\$ 1 bilhão dos cofres federais. Os três desembargadores da 1ª Turma do TRF2 atenderam a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que recorreu da decisão da 2ª Vara Federal de Niterói que tinha absolvido os auditores em 2015, quando foram acusados de defender interesse privado contra a Fazenda. No parecer e na sustentação oral, o MPF apontou que os servidores deveriam permanecer suspensos do exercício do cargo enquanto o recurso tramita.

Os auditores fiscais afastados são Jarbas Antônio de Barros, Luiz Henrique Basílio, Nelson Rohen de Araújo, Ronaldo de Castro Maia Vinagre e Flávio César Ferreira Viana. Todos estão entre os alvos de investigação da Corregedoria da Receita Federal. De acordo com o TRF2, em novembro de 2014, após mais de dois anos de apurações, a Receita, o MPF e a Polícia Federal deflagraram a Operação Alcatéia, quando foram cumpridos mais de 60 man-

dados em Niterói, por causa de um esquema que implicava redução de impostos cobrados de empresas.

No parecer, o procurador regional da República Paulo Roberto Bérenger disse que caso permanecessem nos cargos, os réus continuariam a praticar delitos em detrimento da população e da administração pública. Apontou, ainda, que agriam para prejudicar a instrução criminal. Na visão do procurador, o afastamento do cargo era uma medida de urgência necessária enquanto não houver decisão definitiva do processo.

"Foram reconhecidos diversos danos de autoria e materialidade que justificaram o afastamento cauteloso dos acusados quando a denúncia foi recebida", disse.

Para Paulo Roberto Bérenger os sinais de autoria e materialidade continuam. "Esses indícios permanecem fortemente, tal como relatados e provados nos autos. Não há elementos novos para presumir que os acusados não mais se dedicariam a patrocinar os interesses privados de empresas perante a Receita Federal", completou. (Agência Brasil)

Presidente da CPI da Previdência diz que não há déficit e culpa devedores

A Previdência Social brasileira não é deficitária. A afirmação é do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS). "Setores do patronato arrecadam, por ano, em torno de R\$25 bilhões do bolso do trabalhador e não repassam à Previdência", denunciou, na última sessão do

colegiado ante do recesso parlamentar, previsto para ocorrer de 18 a 31 de julho.

Ainda segundo Paim, ao final dos trabalhos a comissão vai mostrar que o rombo na Previdência está diretamente ligado a uma dívida acumulada de grandes bancos, empresas e grandes montadoras, que ultrapassam R\$ 500 bilhões.

Com encerramento dos tra-

balhos previsto para 8 de setembro, o relator da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), já adiantou que pedirá a prorrogação dos trabalhos para preparar um relatório mais "completo e propositivo". O documento, adiantou o senador, deverá propor medidas para mudar a Previdência Social, com um combate mais efetivo à inadim-

pência. "Não é possível convivermos com os grandes devedores não pagando a Previdência", disse.

Desde 26 de abril, quando começou, até hoje, foram realizadas 22 reuniões. 18 audiências públicas com cerca de 90 pessoas entre especialistas do governo, sindicatos e sociedade civil. (Agência Brasil)

Michel Temer sanciona a Lei de Modernização Trabalhista

O presidente Michel Temer sancionou, na quinta-feira (13), a Lei de Modernização Trabalhista, em evento no Palácio do Planalto. Diante de uma plateia repleta de ministros e parlamentares, Temer disse que os direitos dos trabalhadores estão sendo preservados.

"Esse projeto de Lei é a síntese de como esse governo age. Como eu tenho dito, o diálogo é essencial, mas também a responsabilidade social. Estamos preservando todos os direitos dos trabalhadores. A Constituição Federal assim determina", disse.

O presidente reafirmou a importância do diálogo com o Congresso durante o seu governo. "Eu devo registrar, que desde o início do meu mandato, eu assumi o compromisso de levar adiante as reformas com apoio expressivo do Congresso Nacional. O Legislativo quando aprova, como aprovação, está ajudando a governar. E de outro lado, nós dialogamos com a sociedade".

Foi o capítulo final de um longo caminho para o governo e

seus aliados no Congresso. Debates em comissões na Câmara e no Senado e, no dia da votação final, senadoras de oposição impedindo a realização da votação no plenário por sete horas. Sem citar diretamente a oposição, Temer criticou a disputa política no âmbito das reformas. "Vejo que não é discussão de conteúdo, é disputa política. Fazemos muito bem se discutíssemos o conteúdo. Quando a disputa é apenas ideológica, política, é como se tivéssemos uma venda nos olhos e não contribuirmos", disse.

A aprovação da reforma, tida pelo governo como uma de suas prioridades, divide opiniões. Mas o presidente e sua equipe garantem que a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vai aumentar a geração de empregos e dar segurança jurídica tanto para empregados quanto para empregadores.

"O que fizemos foi avançar. Contratos que antes não comportavam carteira assinada hoje estão previstos expressamente. Nossa consolidação, que foi na

época um grande avanço, é de 1943. É claro que o mundo não é mais de 1943, é do século 21. E fizemos a adaptação ao século 21. Hoje há uma igualdade na concepção. As pessoas são capazes de fazer um acordo, de um lado os empregados, de outro, os empregadores", frisou Temer.

Pontos polêmicos

Alguns pontos da lei, no entanto, serão alterados após diálogo com o Congresso. O governo enviou aos parlamentares uma minuta com os pontos da medida provisória (MP) com a qual pretende alterar a reforma trabalhista. A minuta toca em dez pontos da reforma, entre eles temas polêmicos que foram discutidos durante a tramitação, como o trabalho intermitente, a jornada 12 por 36 horas e o trabalho em condições insalubres das gestantes e lactantes.

Segundo o líder do governo senador Romero Jucá, relator da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), não há prazo definido para a conclusão

da MP e que há tempo para sua edição. "Encaminhei hoje [a MP] para vários parlamentares os pontos que são objeto do acordo no Senado para serem discutidos. Na hora que estiverem amadurecidos, a MP será editada. Não tem previsão. É importante dizer que esta lei só vale daqui a 120 dias. Para ter uma medida provisória que modifique a lei, ela tem que ocorrer antes de 119 dias. Então nós temos um prazo razoável", disse.

Apoio

Romero Jucá também discursou durante o evento e reiterou seu apoio – e dos partidos da base aliada – a Michel Temer. "Tenho sido testemunha da sua coragem para com o país. Entre a saída mais fácil e o correto, o senhor tem escolhido o correto para a grande maioria da população. Persevere no caminho do bem. Os partidos da base não falarão a Vossa Excelência. Os congressistas brasileiros, na sua grande maioria, vão avançar nas reformas". (Agência Brasil)

MPF volta a pedir prisão preventiva de Geddel Vieira

Um dia após a Justiça Federal em Brasília conceder prisão domiciliar ao ex-ministro Geddel Vieira Lima, o Ministério Público Federal (MPF) voltou a ingressar com um pedido de prisão preventiva do político baiano.

Enviada à 10ª Vara Federal na quinta-feira (13), o pedido foi feito pela força tarefa da Operação Greenfield – que também é responsável pelas operações Sepsis e Cui Bono – e será analisado pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, o mesmo que, na semana passada, negou o pedido de revogação da prisão preventiva apresentado pela defesa do ex-ministro.

Na petição, os promotores apresentam elementos que consideram que o desembargador Ney Bello, da Segunda Instância da Justiça Federal, não levou em

conta ao conceder a prisão domiciliar a Geddel. Como, por exemplo, depoimento recente e inédito prestado pelo doleiro Lúcio Funaro, que acusa o ex-ministro da prática de exploração de prestígio ao tentar interferir no trabalho do Poder Judiciário.

Ao transferir Geddel para o regime de prisão domiciliar, o desembargador Ney Bello condicionou sua decisão às exigências do ex-ministro não fazer contato, por qualquer meio de comunicação, com outros indicados, denunciados ou investigados no processo a que ele responde. A proibição vale também para os parentes dos outros réus ou suspeitos. Além disso, Geddel deverá usar tomoeleira eletrônica, sendo monitorado remotamente.

O ex-ministro estava preso no Complexo Penitenciário da Papuda desde o último dia 3, acusado de tentar obstruir a investigação de supostas irregularidades na liberação de recursos da Caixa Econômica Federal (Cafax). A prisão preventiva foi pedida pelos integrantes da Força Tarefa da Operação Greenfield, a partir de informações fornecidas em depoimentos do doleiro Lúcio Bolonha Funaro, do empresário Joesley Batista e do diretor jurídico do grupo J&F, Francisco de Assis e Silva.

Na primeira petição à Justiça, que levou à prisão de Geddel, os procuradores reproduziram mensagens eletrônicas que teriam sido enviadas pelo ex-ministro, por celular, à mulher de Funaro, Raquel Pitta Funaro, entre os meses de maio e junho,

quando o doleiro já estava preso. Para os procuradores, as mensagens em que Geddel perguntava à esposa de Funaro sobre o estado de ânimo da filha do doleiro e sobre o próprio Funaro seriam indícios de que o político estaria tentando obstruir a apuração dos crimes a ele imputados, procurando evitar que Funaro fizesse acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal.

Em janeiro deste ano, Geddel foi alvo de mandados de busca e apreensão expedidos no âmbito da Operação Cui Bono, que investiga o suposto esquema de corrupção na Caixa Econômica Federal entre os anos de 2011 e 2013 – período em que Geddel ocupou a vice-presidência de Pessoa Jurídica do banco. (Agência Brasil)

Reforma trabalhista: veja ponto a ponto como ficou a lei aprovada pelo Congresso

Aprovado depois de contrabanda sessão no Senado na noite de terça-feira (11), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, que trata da reforma trabalhista, altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo mudanças como a prevalência do acordo entre patrões e empregados sobre o legislado nas negociações trabalhistas.

Enviado pelo governo ao Congresso Nacional e aprovado no Senado sem alterações em relação ao texto que passou pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei agora aguarda sanção do presidente Michel Temer.

Durante a tramitação, o governo negociou com os parlamentares a votação rápida das mudanças em troca da garantia de seis vetos e da revisão de alguns pontos polêmicos por meio de medida provisória ou novos projetos de lei do Executivo.

Um das questões polêmicas da reforma aprovada pelo Congresso é a possibilidade de que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em locais insalubres. O projeto de lei estabelece que o afastamento, antes garantido nessas condições, só será autorizado mediante pedido médico nos casos considerados insalubres em grau médio ou mínimo.

Outro ponto que gerou controvérsia entre o governo e parlamentares é a regulamentação do trabalho intermitente, que permite alternar períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do

empregado e do empregador. A expectativa é que o governo edite uma medida provisória restringindo os setores que podem adotar essa modalidade de jornada.

O texto aprovado altera a lei atual em vários aspectos, como férias, trabalho em casa, plano de carreira e jornada de trabalho. Veja as principais mudanças:

Horas In Itiner

O tempo que o trabalhador passa em trânsito entre sua residência e o trabalho, na ida e na volta da jornada, com transporte fornecido pela empresa, deixa de ser obrigatoriamente pago ao funcionário. O benefício é garantido atualmente pelo Artigo 58, parágrafo 2º da CLT, nos casos em que o local de trabalho é de difícil acesso ou não servido por transporte público.

Tempo na empresa

Pelo texto, deixam de ser consideradas como integrantes da jornada atividades como descanso, estudo, alimentação, higiene pessoal e troca do uniforme. A CLT considera o período em que o funcionário está à disposição do empregador como serviço efetivo.

Descanso

Atualmente, o trabalhador tem direito a um intervalo para descanso ou alimentação de uma a duas horas para a jornada padrão de oito horas diárias. Pela nova regra, o intervalo deve ter, no mínimo, meia hora, mas pode ser negociado entre empregado e empresa. Se esse intervalo mínimo não for concedido, ou

for concedido parcialmente, o funcionário terá direito a indenização no valor de 50% da hora normal de trabalho sobre o tempo não concedido.

Rescisão

A rescisão do contrato de trabalho de mais de um ano só é considerada válida, segundo a CLT, se homologada pelo sindicato ou autoridade do Ministério do Trabalho. A nova regra revoga essa condição.

Rescisão por acordo

Passa a ser permitida a rescisão de contrato de trabalho quando há "comum acordo" entre a empresa e o funcionário. Nesse caso, o trabalhador tem direito a receber metade do valor do aviso prévio, de acordo com o montante do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), até o máximo de 80%, mas não recebe o seguro-desemprego.

Comissão de fábrica

Toda empresa com mais de 200 empregados deverá ter uma comissão de representantes para negociar com o empregador. A escolha será feita por eleição, da qual poderão participar inclusive os não-sindicalizados. Não poderão votar os trabalhadores temporários, com contrato suspenso ou em aviso prévio.

Danos morais

A indenização a ser paga em caso de acidente, por exemplo, passa a ser calculada de acordo com o valor do salário do funcionário. Aquele com salário mai-

or terá direito a uma indenização maior, por exemplo. Em caso de reincidência (quando o mesmo funcionário sofre novamente o dano), a indenização passa ser cobrada em dobro da empresa.

Quitação anual

O novo texto cria um termo anual, a ser assinado pelo trabalhador na presença de um representante do sindicato, que declara o recebimento de todas as parcelas das obrigações trabalhistas, com as horas extras e adicionais devidas.

Justa causa

A cassação de registros profissionais ou de requisitos para exercer a profissão passa a configurar como possibilidade de demissão por justa causa.

Salários

Benefícios como auxílios, prêmios e abonos deixam de integrar remuneração. Dessa forma, não são contabilizados na cobrança dos encargos trabalhistas e previdenciários. Isso reduz o valor pago ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e, consequentemente, o benefício a ser recebido.

Salários altos

Quem tem nível superior e recebe valor acima do dobro do teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (cerca de R\$ 11 mil) perde o direito de ser representado pelo sindicato e passa a ter as relações contratuais negociadas individualmente. (Agência Brasil)

Human Rights Watch cobra do Brasil obras de infraestrutura para combater o Zika

Relatório divulgado na quinta-feira (13) pela Human Rights Watch diz que os problemas de direitos humanos existentes no Brasil há muito tempo e que permitiram a intensificação da epidemia de Zika vírus não foram solucionados pelo governo, apesar de as autoridades terem declarado, em maio de 2017, o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) para o vírus. O anúncio do governo, por meio do Ministério da Saúde, foi feito 18 meses depois da decretação da emergência.

Segundo o relatório, é preciso que as autoridades brasileiras invistam em infraestrutura de água e saneamento para evitar o armazenamento dos mosquitos e melhorar a saúde pública. "As autoridades devem também fornecer informações abrangentes sobre saúde reprodutiva e fornecer serviços de saúde para mulheres e meninas, descriminalizar o aborto e garantir que crianças com síndrome de Zika tenham acesso de longo prazo a serviços que lhes proporcionem a melhor qualidade de vida possível", diz o relatório.

No relatório *Esquecidas e desprotegidas: o impacto do vírus Zika nas meninas e mulheres no Nordeste do Brasil*, a Human Rights Watch afirma ter constatado que anos de negligência contribuíram para as condições de água e esgoto que permitiram a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e a rápida disseminação do vírus.

Para fazer o relatório, a Human Rights Watch entrevistou 183 pessoas em Pernambuco e na Paraíba, dois dos estados do Nordeste mais atingidos pelo vírus. Entre os entrevistados, estão 98 mulheres e meninas entre 15 e 63 anos de idade, das quais 44 estavam grávidas ou haviam tido bebês recentemente. Entre essas, 30 entrevistadas criavam filhos com Síndrome de Zika.

"Os brasileiros podem até ver a declaração do Ministério da Saúde sobre o fim da emergência para o Zika como uma vitória, mas riscos significativos ainda permanecem, assim como persistem os problemas subjacentes de direitos expostos pela epidemia. Os direitos básicos dos brasileiros continuam ameaçados, caso o governo não reduza a infestação de mosquitos no longo prazo, não garanta o acesso a direitos reprodutivos e não apoie as famílias com crianças afetadas pelo Zika", disse a coautora do relatório e pesquisadora sênior da divisão de Direitos da Mulher da Human Rights Watch, Amanda Klasing.

Segundo a Human Rights Watch, as mais de 2.600 crianças brasileiras nascidas com microcefalia e outras condições do vírus Zika precisarão de cuidados durante toda a vida, mas seus cuidados não recebem do governo o apoio necessário para tratamento ou locomoção. (Agência Brasil)

perfil das mulheres é predominantemente pobre, de pessoas que vivem em áreas suburbanas sem acesso à água e saneamento. "O governo declarou o fim da emergência da intensificação da epidemia de Zika vírus com base em padrões definidos internacionalmente e nossa questão principal é, independentemente de ter tirado o status de emergência, não se pode considerar que os problemas que permitiram que a epidemia ocorresse estejam resolvidos e superados. Eles continuam e persistem".

De acordo com o documento, a resposta do governo brasileiro ao surto de Zika foi a orientação para que os cidadãos reforçassem os esforços para controlar o armazenamento de água em casa ou focos de água parada, o que onera as pessoas responsáveis pela limpeza da casa e não resolve o problema causado pela falta de ações governamentais. "As autoridades fracassaram em fazer os investimentos necessários em infraestrutura sanitária e de água para controlar, no longo prazo, a proliferação do mosquito e melhorar a saúde pública", diz a Human Rights Watch.

Segundo o texto, a entidade observou a existência de condições ideais para a proliferação do mosquito causada pela falta de infraestrutura, que gera acúmulo de esgoto a céu aberto. "Mais de 35 milhões de pessoas no Brasil carecem de instalações e serviços adequados para a eliminação segura de detritos humanos. Apenas cerca de 50% da população estavam conectados a um sistema de esgotamento sanitário em 2015 e menos de 43% do volume total de esgoto do país foram tratados. Na região Nordeste do Brasil, em 2015, menos de 25% da população estavam conectados a um sistema de esgotamento sanitário e apenas 32% do esgoto foram tratados", diz o relatório.

O relatório aponta ainda que, nas áreas afetadas, as mulheres e meninas não tinham acesso às informações sobre saúde reprodutiva e a sistemas públicos de saúde. Além disso, a Human Rights Watch também afirma que a criminalização do aborto obriga essas mulheres a recorrerem a procedimentos clandestinos e perigosos para interromper uma gravidez indesejada. As entrevistadas também afirmaram que, durante suas consultas pré-natais, não foram orientadas sobre a prevenção da transmissão do Zika e sobre a possibilidade de transmissão sexual do vírus.

Segundo a Human Rights Watch, as mais de 2.600 crianças brasileiras nascidas com microcefalia e outras condições do vírus Zika precisarão de cuidados durante toda a vida, mas seus cuidados não recebem do governo o apoio necessário para tratamento ou locomoção. (Agência Brasil)

Vulnerabilidade
O consultor da Human Rights Watch João Bieber ressaltou que as condições que permitiram que a epidemia ocorresse são sociais e já existem há muito tempo. Ele destacou que a incidência foi maior no Nordeste e que o

Entrega de kits para Meia Maratona de Revezamento Noturna será hoje

Local será a Loja Centauro do Shopping Ibirapuera, das 11h às 20h. Prova será no sábado, na USP

A Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta acontecerá neste sábado, dia 15, a partir das 18h, na Cidade Universitária de São Paulo. Atletas, divididos nas categorias Quartetos, Duplas e Solo, enfrentarão os 21,097 metros pelas ruas e alamedas da USP, em um percurso rápido e técnico. A programação oficial, entretanto, começará nesta sexta-feira (14), com a entrega de kit e chip aos participantes da prova.

A mesma será realizada das 11h às 20h na Loja Centauro Ibirapuera - Av. Ibirapuera, 3103 - lojas 84-85 - Shopping Ibirapuera - São Paulo / SP. Não haverá entrega de kit no dia do evento, nem depois dele, como consta no Regulamento do evento.

Depois de provas de 5 e 10



Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta São Paulo

quilômetros, o Eu Atleta fará sua estreia em um evento na distância de meia maratona e com o formato solo e de revezamento. As provas de revezamento tem seu charme. Afinal, além de ser uma oportunidade de compartilhar o desafio com seus amigos, permite que corredores de diferentes níveis possam participar

de uma meia maratona, ou seja, 21,097 metros. Já a categoria Solo deixa ainda mais uma opção, atendendo a quem quer o desafio sozinho.

O circuito terá cerca de 5k (5,274m) e os participantes terão de se revezar nas voltas - nas equipes de quatro integrantes, cada uma dá apenas uma volta; nas de dois, cada uma faz duas voltas. O revezamento será feito em "boxes e mais detalhes podem ser obtidos no site oficial.

O Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta São Paulo é uma realização e organização da Yescom, com promoção do Eu Atleta, Globo e SporTV. A supervisão é da Federação Paulista de Atletismo. Mais informações no site www.corridaeuataleta.com

19ª edição da Seletiva de Kart Petrobras começa com disputa no Brasileiro de Kart



Seletiva de Kart Petrobras inicia sua 19ª edição em Penha

São poucos eventos esportivos que contam com um patrocínio de tanta longevidade no cenário brasileiro e até mesmo mundial. E, mantendo seu compromisso de apoiar a base do automobilismo nacional, a Seletiva de Kart Petrobras inicia na próxima semana (de 17 a 22 de julho) a sua 19ª edição.

E nada melhor do que começar a disputa por três das 12 vagas da final dentro do Campeonato Brasileiro, que realiza sua 52ª edição no kartódromo Beto Carrero Internacional, em Penha (SC). Estarão na briga pelas vagas os pilotos da categoria Graduados, com idade entre 15 e 18 anos (ex-campeões não podem concorrer ao prêmio novamente).

Além da etapa em Penha, os demais classificados (sempre três por evento) serão conhecidos em Minas Gerais (18 de agosto), Aldeia da Serra (23 de setembro) e Paraíba (14 de outubro). A data e local da final serão divulgados em breve.

O torneio manterá suas principais características e regras, com a premiação similar aos últimos três anos e com o programa de orientação para os vencedores. Somando a premiação em dinheiro e do programa, o valor estimado chega a aproximadamente 350 mil reais, distribuídos da seguinte forma:

- Campeão: 85 mil reais
- Vice-campeão: 8 mil reais
- Programa de orientação para três finalistas (o campeão independentemente de ter ou não participado do programa em 2016; o melhor estreante; e o melhor classificado, após o campeão, que não tenha participado do programa em 2016)

"É muito gratificante ver a Seletiva de Kart Petrobras chegar a sua 19ª edição. Todo ano é grande a expectativa dos pilotos pela disputa do prêmio e sei pelo relato e até mesmo resultados dos últimos vencedores como o programa tem ajudado no transcorrer de suas carreiras. Vamos começar a temporada já no segundo semestre, mas vamos manter o nosso compromisso de realizar as quatro etapas em regiões diferentes do país, inclusive num kartódromo onde nunca corremos que é o de Paladino, na Paraíba. Estar em diferentes campeonatos ajuda pilotos de todo o país a participarem e fortalece o kartismo local na disputa pelas vagas", destaca Binho Caracci, idealizador da Seletiva de Kart Petrobras, que teve sua primeira edição em 1999.

De lá pra cá, a Seletiva já passou por 34 cidades (chega-

rá a 35 com a disputa em Paladino) e 17 Estados do Brasil. As ações do programa de orientação seguem divididas da seguinte forma: Ações Técnicas: Simulador de Fórmula 1, treino com monoposto de base na Europa, acompanhado por um coaching, vivência de um dia na oficina da equipe, além da experiência com carro de turismo no Brasil; Ações Físicas e de Capacidade de Concentração: avaliação e acompanhamento físico e psicológico com preparador; Ações de Marketing: lições sobre marketing esportivo e mídia training.

Confirma o calendário da 19ª edição da Seletiva de Kart Petrobras: * Fase Classificatória: 1ª Etapa - 22 de julho - Penha (SC) - Campeonato Brasileiro de Kart; 2ª Etapa - 18 de agosto - Vespasiano (MG) - Taça Minas Gerais de Kart; 3ª Etapa - 23 de setembro - Aldeia da Serra (SP) - Copa SP Light de Kart; 4ª Etapa - 14 de outubro - João Pessoa (PB) - Copa Brasil de Kart.

Final: Data e Local a serem definidos. * Sujeito a alterações.

Seletiva de Kart Petrobras - Criada em 1999, com o patrocínio da Petrobras, a Seletiva de Kart Petrobras contempla três competidores com a participação em um programa de orientação de pilotos, que inclui um teste com simulador de F-1 na Europa, um teste com monoposto de base também na Europa, com a orientação de um coaching, acompanhamento físico e psicológico, experiência com carros de turismo no Brasil, palestra sobre marketing e mídia training. A premiação total - somando todas as ações - chega a aproximadamente 350 mil reais. O campeão recebe 85 mil reais em dinheiro e o vice-campeão 8 mil.

Os finalistas disputam o título com chassis fornecidos pela fabricante Bravar. Mais informações em www.seletivadekartpetrobras.com.br

Brasileiro de Rally Baja

"Família da Poeira" quer manter liderança do campeonato



O experiente Rodrigo Varela é o vice-líder do Brasileiro de UTV

A "Família da Poeira" está dominando a categoria UTV no Campeonato Brasileiro de Rally Baja de 2017. Além de vencerem a metade das provas realizadas, após seis etapas o caçula Bruno Varela (Can-Am/Blindarte/Ariston/Tecmim) está na liderança com 130 pontos, depois de baixar o seu irmão mais velho para a vice-liderança na rodada passada. Rodrigo Varela soma 103 pontos e essa

tradicional família do off-road promete uma disputa interna neste final de semana (15 e 16/7). São Manuel, no interior paulista, recebe o Rally de Inverno, válido pela 7ª e 8ª etapas do certame nacional.

"É muito bom ter a família na liderança dos UTV. Isto mostra que estamos nos dedicando bastante durante a temporada, com o excelente trabalho do (Marcus) Cotton, chefe da equipe Divino Fogão Rally Team e nossos Can-Am Maverick X3 praticamente não tiveram problemas. Vamos tentar manter este ritmo. Estou um pouquinho na frente de meu irmão mais velho e toda a distância que eu conseguir abrir dele será melhor. Vou tentar escapar o máximo para ele não chegar perto de mim para manter esta liderança que roubei dele na quinta etapa", cutuca Bruno Varela, campeão brasileiro na classe Production em 2015 e vice-campeão na classe Pro no ano passado.

Preparação para o Rally dos Sertões A largada do Rally de Inverno, organizado pela Arena Promoções e Eventos acontece no sábado (15), a partir das 8 horas, partindo do Recinto Mario Covas, localizado na Rua Pífilo Aristides Targa, 419, em São Manuel (SP). A prova terá um total de 258,21 km, sendo 24,80 km de deslocamento ini-

Fórmula E

100% recuperado, Di Grassi traça objetivo para as corridas finais

A Fórmula E segue para seu penúltimo encontro da temporada 2016-2017 fazendo sua estreia em Nova York com a rodada dupla neste final de semana. As duas corridas serão disputadas no sábado (15) e domingo (16). Ambas serão transmitidas ao vivo no Brasil pelo canal Fox Sports.

A etapa da "Big Apple" é uma das mais aguardadas por todos os pilotos, principalmente por seu caráter inédito. As provas no coração do Brooklyn terão um visual de tirar o fôlego, com os arranha-céus de Manhattan e a Estátua da Liberdade ao fundo do circuito de 1,953 metros de extensão. Com as corridas de número 9 e 10 da temporada, de um total de 12, a luta pelo título chega à sua fase decisiva. Lucas di Grassi está a 32 pontos da liderança da disputa, em segundo lugar. Na

rodada dupla norte-americana, 58 pontos estão em jogo, incluindo os que são entregues ao pole position e ao autor da melhor volta de cada prova.

O brasileiro teve de passar por uma cirurgia na tibia da perna direita, fraturada em uma partida beneficente de futebol no início de junho, mas já está pronto para a disputa. "A recuperação ocorreu de acordo com o planejado e estou 100% pronto para Nova York", afirmou Lucas, que disputou as duas corridas de Berlim sustentando a fratura - foi ao pódio em ambas.

O final de semana terá corridas de durações diferentes - fato também inédito na categoria. A disputa do sábado terá 43 voltas, enquanto no domingo serão 49. As largadas acontecerão no mesmo horário: 17 horas de Brasília.

O canal Fox Sports exibe



São 58 pontos em jogo no final de semana, com duas corridas a serem disputadas

ambas as corridas ao vivo. No sábado, a programação se inicia com a exibição do treino classificatório às 13 horas; a transmissão da prova começa meia hora antes de as cinco luzes vermelhas se apagarem, às 16h30. Já no

domingo, a programação se inicia com a exibição da classificação às 9h30 e logo depois, às 11, o canal mostra a reprise da primeira corrida; a partir das 16h30, o Fox Sports começa a transmissão da corrida 2.

O TRIATHLON NO BRASIL ESTÁ PRESTES A RECUPERAR O FÔLEGU.

DISTÂNCIA	DISTÂNCIA
SPRINT	OLÍMPICA
NATAÇÃO: 750 m	NATAÇÃO: 15 km
CICLISMO: 20 km	CICLISMO: 40 km
CORRIDA: 5 km	CORRIDA: 10 km

WWW.TRIDAYSERIES.COM.BR

UNLIMITED SPORTS

REALIZADORA DAS PROVAS IRONMAN® NO BRASIL

TRIDAYSERIES

CONFIRA O CALENDÁRIO 2017

ESTADÃO VILA DE SANTOS	SÃO CARLOS - SP	ESTADÃO VILA DE SANTOS
RIACHO GRANDE ETAPA 1	PARQUE DAMHA ETAPA 1	RIACHO GRANDE ETAPA 2
30 DE ABR 2017	11 DE JUN 2017	24 DE SET 2017
NO S LANEIRO - RJ	SÃO CARLOS - SP	SÃO PAULO - SP
RECREIO DOS BANDEIRANTES ETAPA 1	PARQUE DAMHA ETAPA 2	USP ETAPA 2
08 DE OUT 2017	22 DE OUT 2017	15 DE NOV 2017

INSCREVA-SE

TRI DAY SERIES